

A urgência tem que esperar

A exposição da doença que maltrata o Congresso na vitrine da campanha eleitoral começa a despertar a atenção e a suscitar as primeiras especulações sobre a necessidade de providências corretivas imediatas.



Na excitação da pressa, do presidente Collor de Mello às lideranças parlamentares, agenda-se para logo depois de conhecidos os resultados do primeiro turno — a data limite do calendário para a divulgação oficial é 5 de novembro —, o começo de articulação dos vitoriosos.

Ora, a pressa não é boa conselheira. Compreende-se: a 3 de outubro renova-se o Congresso com a eleição da totalidade dos deputados federais e de um terço de senadores. E o Congresso é a peça central da remontagem política. Pois, além do Congresso no seu novo perfil, o voto do primeiro turno deve definir a eleição por maioria absoluta de mais da metade dos 27 governadores.

Portanto, conhecidos os resultados finais, o elenco estará completo para começar a contradança. Concedendo-se prazo para a análise da composição do Congresso remoçado. A cautela é altamente recomendável e mesmo indispensável, pois não há como antecipar sua provável composição.

Chegamos a tal balbúrdia partidária e a tão desmoralizante repulsa do eleitorado ao Legislativo que as pesquisas estão esbarrando no muro de índices desqualificantes de indefinição de voto para deputado federal. E a doze dias da eleição. Aqui no Rio de Janeiro, o percentual baixou de 82% para 74%. Parece significativo, mas não passa de alívio ilusório. Com a amostragem de 74% de indecisos fluminenses apurados em plena atropelada da reta final não se altera a previsão alarmante de mais de 50% de votos brancos e nulos nos mapas de apuração para deputado federal.

A ameaça de Congresso, responsável pela revisão da Constituição, a partir de 5 de outubro de 93, com sua legitimidade contestada pela rejeição majoritária do eleitorado está mais nítida e próxima com a confirmação das tendências pelas últimas pesquisas.

Não é por aí porém, que se impõe o adiamento da arrumação política.

O segundo turno barra a precipitação. Ele precisa ser melhor analisado para atenuar surpresas, pois promete reabilitar a frouxa campanha desse primeiro turno que só agora esquentava nos estados nos quais a eleição de governador não parece definida, a começar por salutar sacudidela no morrinheiro horário de propaganda eleitoral gratuita.

É só pensar um pouco. Devem sobrar para o segundo turno eleições fundamentais como as de Minas, Rio Grande do Sul, Paraná e

talvez São Paulo. O eleitor paulista dispõe de menos de duas semanas para decidir seu recado: ou elege Paulo Maluf, planando em índices constantes acima da maioria absoluta, ou classifica Mário Covas — segundo colocado que deteve a queda e aponta para recuperação de pontinhos preciosos nas próximas pesquisas — ou Antônio Fleury para o segundo turno dos sonhos presidenciais do governador Orestes Quércia.

São Paulo no segundo turno esguicha álcool na fogueira. De qualquer forma, entretanto, a campanha deverá arder com os confrontos que o eleitor armará em Minas, no Paraná, no Rio Grande do Sul e, com toda a certeza, em mais alguns estados.

A lição do segundo turno da eleição presidencial é recente, não pode ter sido esquecida. Campanha de segundo turno é pura emoção condicionada por receita perfeita, o oposto aos equívocos e tolices desse primeiro turno.

Decisão de polarização obrigatória entre apenas dois candidatos. E com campanha curta, condensada, tempo certo para a aceleração da cadência até a explosão dos últimos dias. Não deixando ninguém à margem, no cruzar de braços da indiferença.

O horário gratuito de propaganda se incumbirá da mobilização passional do eleitor, fixando na dose correta de 40m diários durante duas semanas, de 6 a 22 de novembro, com dois tempos de 20m para o eleitor se envolver no mano a mano entre os dois finalistas e definir seu voto para a decisão de três dias depois, dia 25.

O horário gratuito, desde que os dois concordem, pode juntar o tempo para permitir debate. De qualquer modo, não faltará oportunidade para a comparação tira-teima na avaliação de debates em série, por iniciativa das emissoras de rádio e TV.

Na desolação partidária que promete desmanchar siglas na mistura caótica da indefinição, os governadores eleitos com o reforço da maioria absoluta serão os naturais articuladores regionais de um esquema nacional.

O desafio está posto pela advertência do eleitor. O mais é uma questão de competência. E também de interesse, de gosto pela política.

Quem assumirá a iniciativa da articulação nacional? Normalmente, cabe ao presidente da República dar a partida, buscando montar base de apoio partidário e parlamentar confiável e permanente. Ocorre que o temperamento do presidente Collor de Mello não parece afeiçoado à paciente costura de bloco superpartidário, o qual, se funcionar e der certo, poderá evoluir para a formação de novo partido.

A necessidade reconhecida determina correções de estratégia.

Mas, é do Congresso que deverá emergir o movimento de revigoração da instituição. Depressa, no tempo certo. Depois de apurado o último voto do segundo turno.